

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 151/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de veículo 4x4 para atendimento às diversas atividades institucionais do IB/CLP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	<p>Veículo tipo camionete</p> <p><u>Estrutura e Carroceria</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Chassi com longarina em perfil fechado; • Cabine dupla original de fábrica; • Veículo 0 km, ano de fabricação corrente; • 4 portas; • Capacidade para 5 pessoas (motorista + 4 passageiros); • Cor branca; • Caçamba com dimensões mínimas de 1,5 m x 1,5 m; • Altura mínima do solo: 220 mm (22 cm); <p><u>Motorização</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Motor dianteiro de combustão interna, diesel; • Mínimo de 4 cilindros; • Potência mínima: 200 cv; • Torque mínimo: 50 kgfm; • Sistema de combustível com injeção direta; • Acionamento por corrente de comando; <p><u>Tração e Transmissão</u></p>	606204	UNIDADE	1	R\$ 323.593,17	R\$ 323.593,17

<ul style="list-style-type: none"> • <u>Câmbio automático</u> o <u>mínimo de 6 (seis)</u> <u>marchas à frente</u> o <u>1 (uma) marcha à ré</u> • <u>Sistema de tração 4x4 com</u> <u>seleção de modos:</u> o <u>2H (4x2);</u> o <u>4H (4x4);</u> o <u>4L (Reduzida);</u> o <u>Câmbio Reduzido</u> <u>(4L);</u> <p><u>Dimensões e Capacidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Comprimento total mínimo:</u> 5.300 mm; • <u>Largura mínima:</u> 1.850 mm; • <u>Altura mínima:</u> 1.800 mm; • <u>Distância mínima entre eixos:</u> 3.080 mm; • <u>Capacidade de carga</u> <u>mínima:</u> 1.000 kg; • <u>Capacidade volumétrica</u> <u>mínima:</u> 1.000 litros; <p><u>Suspensão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Dianteira:</u> suspensão independente, com molas helicoidais e barra estabilizadora; • <u>Traseira:</u> suspensão tipo eixo rígido; <p><u>Itens de Segurança e Conforto</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Ar-condicionado original de</u> <u>fábrica;</u> • <u>Direção hidráulica ou</u> <u>elétrica;</u> • <u>Airbag duplo (motorista e</u> <u>passageiro);</u> • <u>Vidros elétricos;</u> • <u>Travas elétricas nas 4 portas;</u> • <u>Freios ABS com EBD</u> <u>(Distribuição Eletrônica de</u> <u>Frenagem);</u> • <u>Em conformidade com a</u> <u>legislação ambiental vigente</u> <u>(emissões);</u> <p><u>Garantia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Garantia mínima de 5 anos</u> <u>contra defeitos de fabricação;</u> • <u>Emissões compatíveis com a</u> <u>legislação ambiental vigente;</u> <p><u>Itens Adicionais</u> <u>(Acessórios Inclusos)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Capota marítima;</u> 					
---	--	--	--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Tapetes; • Insulfilm G20 (de acordo com as normas de transparência do CONTRAN); • Sensor de estacionamento traseiro; • Câmera de ré; • Faróis de neblina; • Alarme automotivo com modo perimétrico; • Multimídia com conexão Bluetooth; • Capa de Caçamba • Estribo <p><u>Itens de segurança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Triângulo; • Macaco; • Chave de roda; • Estepe. 					
--	--	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. A presente contratação visa suprir a necessidade de um veículo 4x4 para atendimento às diversas atividades institucionais do IB/CLP, incluindo saídas de campo, aulas práticas, apoio à pesquisa científica, eventos externos e ações de extensão universitária.

2.2. Sob essa ótica, cabe destacar que conforme relação de veículos autorizados pela Reitoria, o Campus do Litoral Paulista tem direito à aquisição de uma nova caminhonete, em substituição à Amarok anteriormente leiloadas. Atualmente, a unidade conta com apenas um veículo desse porte, o que deixa a subfrota limitada para atender rotineiramente as demandas que exigem deslocamentos em áreas de difícil acesso,

especialmente em terrenos acidentados ou sem pavimentação, como regiões costeiras, áreas de mata e unidades de conservação, frequentemente acessadas por professores e pesquisadores do campus.

2.3. *Nesse sentido, verifica-se que a indisponibilidade de veículo apropriado compromete o pleno desenvolvimento das funções institucionais da Universidade, restringindo sua atuação acadêmica e científica e, por consequência, o atendimento ao interesse público. Dessa forma, a contratação se justifica pela necessidade de garantir infraestrutura adequada para as atividades da Universidade, assegurando mobilidade eficiente e segura, em alinhamento com os princípios da eficiência e do interesse público.*

2.4. *Alinhada a essa necessidade, a compra visa atender à demanda das diversas áreas do campus, permitindo que o almoxarifado cumpra seu papel de apoio à missão institucional da Universidade, conforme estabelecido nos artigos 2º e 3º do Estatuto da UNESP (Resolução nº 21, de 21/02/1989), aprovado pelo Decreto nº 29.720, de 03/03/1989, que define como objetivos a criação, preservação e transmissão do saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como a indissociabilidade entre essas dimensões e a racionalidade na utilização dos recursos humanos e materiais.*

2.5. *Com a aquisição do veículo, espera-se reduzir custos indiretos relacionados à indisponibilidade de transporte apropriado, como o aluguel eventual de veículos 4x4. O veículo também ampliará a autonomia da unidade, permitindo maior aproveitamento de recursos humanos e estruturais em saídas de campo e pesquisas. Além disso, a solução proporcionará maior segurança aos servidores, estudantes e equipamentos transportados, contribuindo para a preservação do patrimônio público.*

2.6. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:*

- I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000036/2026;*
- II) Data de publicação no PNCP: 27/06/2025;*
- III) Id do item no PCA: 554;*
- IV) Classe/Grupo: 2320 - VEÍCULOS SOBRE RODAS;*
- V) Identificador da Futura Contratação: 102327-14/2026. |*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A solução contempla a aquisição de 1 (um) veículo 4x4 0 km com garantia contratual de fábrica mínima de 5 anos, conforme especificações técnicas. O veículo deverá ser entregue por meio de guincho ou reboque diretamente na UNESP, e será incorporado à frota oficial do Câmpus.*

3.2. *Foram analisadas as seguintes alternativas de solução:*

- 3.2.1. *Aquisição direta do veículo utilitário 0 km;*
- 3.2.2. *Locação de veículo 4x4 mediante contrato mensal ou por demanda.*

3.3. *A locação se mostrou financeiramente desvantajosa no longo prazo, com custo médio mensal de R\$9.000,000 - segundo informações da concessionária -, o que representaria um valor de R\$108.000,00 por ano, sem gerar patrimônio à instituição.*

3.4. *A unidade utiliza um contrato de locação de veículos vinculado a unidade administrativa central da Unesp - Reitoria. Neste contrato, o custo mensal da locação de um veículo similar ao objeto deste ETP é de R\$5.951,50 mensais, o que representa um valor de R\$71.418,00 por ano. A locação de veículos do segmento aqui descrito (picape média 4x4) em concessionárias ou locadoras de veículos, como Lupa Aluguel e SpeedWay, gira em torno de R\$10.000,00.*

3.5. *Portanto, a locação demonstrou-se desvantajosa a longo prazo, pois apresenta custo mensal elevado, sem gerar patrimônio à instituição. Dessa forma, considerando o uso frequente, o tempo de vida útil estimado*

de 10 anos e a necessidade de autonomia operacional, a aquisição direta apresenta-se como a solução mais viável economicamente e tecnicamente recomendada

3.6. *A presente contratação prevê a aquisição de 01 (uma) unidade de veículo, quantidade esta definida com base na análise da atual frota da unidade e na identificação das demandas institucionais frequentes que exigem transporte institucional para o deslocamento em áreas remotas.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:*

4.1.1. *O fornecedor deverá seguir práticas sustentáveis na produção, transporte e descarte das embalagens, buscando reduzir ao máximo o impacto negativo no meio ambiente:*

4.1.1.1. *Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata;*

4.1.1.2. *Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.*

4.1.2. *A aquisição de veículo novo e com motor a diesel implica impacto ambiental indireto, principalmente pela emissão de gases poluentes. No entanto, o modelo proposto atende à norma Proconve L7 (Euro 6), com menor emissão de poluentes, e apresenta eficiência energética superior a modelos anteriores. Para mitigar os impactos, será adotado plano de manutenção preventiva regular, de acordo com a garantia do fabricante, reduzindo consumo e emissões. Ao final da vida útil, o veículo será encaminhado à baixa patrimonial e descarte responsável conforme política ambiental da UNESP.*

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. *Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar: **o modelo Hilux SRV AT, da marca Toyota e modelo Ranger XLT 3.0 V6 Diesel 4WD AT 2026, da marca Ford***

4.2.1. *O Instituto de Biociências do Câmpus do Litoral Paulista executa atividades inerentes ao ensino, pesquisa e extensão em áreas com características geográficas e climáticas desafiadoras, incluindo relevo acidentado, vias não pavimentadas, áreas alagadas e regiões de difícil acesso. Nessas condições, é indispensável a utilização de veículos com tração 4x4, elevada altura livre do solo, robustez estrutural e resistência a ambientes agressivos*

4.2.2. *Na subfrota da unidade, há experiência positiva com o uso de veículos da marca Toyota, especialmente o modelo Hilux SRV AT, que demonstra excelente desempenho em terrenos irregulares e não pavimentados, além de alta confiabilidade em viagens de longa distância, saídas de campo, pesquisas externas e eventos institucionais. O modelo também apresenta baixo índice de manutenção corretiva, elevada durabilidade e custos reduzidos ao longo do ciclo de vida, o que reforça sua adequação funcional. De forma equivalente, a Ford Ranger também se destaca no mercado nacional como uma caminhonete robusta, confiável e tecnicamente adequada às necessidades da Universidade - possuindo conjunto mecânico resistente, cabine confortável e desempenho comprovado em atividades de campo, sendo amplamente utilizada por instituições públicas e privadas em regiões de relevo desafiador.*

4.2.3. Assim, tanto a Toyota Hilux quanto a Ford Ranger configuram opções tecnicamente aptas, amplamente compatíveis com as exigências operacionais do Instituto, oferecendo segurança, robustez, desempenho off-road e durabilidade. Essa forma, a indicação dessas marcas e modelos não representa direcionamento, mas sim referência técnica, baseada em características do mercado, desempenho comprovado e aderência às demandas específicas das atividades finalísticas desenvolvidas pela UNESP.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida carta de solidariedade.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de tratar-se de pronta entrega.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do bem é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: nas dependências do Instituto de Biociências do Câmpus do Litoral Paulista (IB/CLP), localizado na Rua Síria, 51 - Parque Bitaru - São Vicente, SP – CEP 11330-140.

5.3.1. A entrega deverá ser realizada, de segunda a sexta-feira, em horário comercial - das 8h às 17h

5.3.2. A entrega deverá ser previamente agendada com a Diretoria de Serviços do IB/CLP por meio dos e-mails dts.clp@unesp.br; servicos.clp@unesp.br ou contactar pelos telefones (13) 3569-7142 ou (13) 3569-7174

5.3.3. A descarga do bem é de responsabilidade da CONTRATADA

5.3.4. O bem deverá ser entregue atendendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência, bem como respeitar os termos firmados na proposta vencedora apresentada, principalmente no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rejeição do material e penalidades cabíveis

5.3.5. O veículo deverá ser entregue ao Campus exclusivamente por meio de transporte adequado, como guincho ou reboque, **com quilometragem zerada** (0 km), sendo expressamente vedada sua condução por qualquer funcionário ou pessoa não autorizada.

5.4. Após o recebimento provisório pela Seção Técnica de Materiais, o bem será recebido definitivamente, mediante a verificação, pela Diretoria Técnica de Serviços, da qualidade e atendimento às especificações contidas no Termo de Referência. Sendo aceito, será elaborado Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelo Fiscal e Gestor da Contratação;

5.5. Cabe ao licitante vencedor a responsabilidade da entrega do veículo, devendo proceder com zelo, precaução e cuidado, tendente a evitar danos materiais e pessoais a terceiros, assumindo inteira responsabilidade pelas consequências originadas de eventuais acidentes, decorrentes de imprudência, negligência, imperícia ou dolo;

5.5.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do veículo até o local designado para entrega é de

inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;

5.6. A CONTRATADA fornecerá o veículo zero quilômetro, com duas chaves, controle remoto e com os manuais do proprietário e manuais dos equipamentos, manuais de manutenção e de garantia

5.7. Todos os itens de segurança e obrigatórios tanto internos quanto externos, deverão estar inclusos no valor do veículo;

5.8. O veículo (chassi) deverá ser integralmente original de fábrica, vedado qualquer transformação em implementador. Divergências sobre a originalidade do veículo, prevalecerão as informações técnicas do fabricante (documentos e diligências), concessionárias autorizadas da marca, assim como a avaliação da equipe técnica de Fiscalização e Recebimento;

5.9. O veículo deverá ser entregue emplacado, licenciado no Estado de São Paulo, deverá ser entregues abastecidos na totalidade ("tanque cheio"), sem ônus para a contratante.

5.9.1. Os custos com registros e emplacamentos deverão ser arcados pela CONTRATADA.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.10.1. Ressalta-se que os primeiros 90 (noventa) dias correspondem à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, sendo o período restante referente à garantia contratual oferecida pelo fabricante.

5.10.2. A CONTRATADA se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 25 do Código de Defesa do Consumidor (CDC - Lei nº 8.078/1990).

5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.15. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15.1. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: nas dependências do Instituto de Biociências do Câmpus do Litoral Paulista (IB/CLP), localizado na Rua Síria, 51 - Parque Bitaru - São Vicente, SP – CEP 11330-140.

5.15.2. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 100 (cem) quilômetros do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.

5.16. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.17. *Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.18. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

5.19. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*

5.20. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

Da Isenção Tributária e do Registro

5.21. *No valor ofertado deverá ser considerada a **isenção** do ICMS prevista no art. 55 do anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto 45.490 de 30/11/2000, ou seja, sem carga tributária do ICMS*

5.21.1. O valor equivalente à isenção do ICMS a que se refere o art. 55, do Anexo I, do mencionado regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento, e não se aplica aos casos de imposto já retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição (previsto no §4 do mesmo artigo), e aos casos de empresas cujo documento fiscal de venda e emitido fora do Estado de São Paulo;

5.21.2. O primeiro registro deverá estar em nome do Instituto de Biociências do Câmpus do Litoral Paulista da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, sendo fornecido por concessionária ou montadora, conforme Art. 120 e 122, do Código de trânsito Brasileiro (Lei federal nº9.503 de 23/09/1997) e obedecendo a Lei nº 6.729, de 28/11/1979 (Lei Ferrari).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.22. *O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que ocorrer, concomitantemente, o recebimento do produto e a emissão da respectiva Nota Fiscal. A quitação se dará por meio de nota de empenho, via boleto ou depósito em conta corrente do Banco do Brasil*

5.23. *A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:*

5.23.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo estipulado no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: identificação do item; número do empenho referente à nota fiscal, valor da unidade, valor total do item; e

5.23.2. Manter, durante todo o processo de aquisição e fornecimento dos materiais, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de seleção, conforme previsto na legislação vigente. |

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#)).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV](#)).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV](#)).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou

para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. |

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).|

7.8.1. *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.* |

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20. *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

a) *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).*

8.20.1. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

8.20.2. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.20.3. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.21. *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Outras comprovações

8.22. *Tratando-se de consórcio:*

8.22.1. *.Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

a) *Designação do consórcio e sua composição;*

b) *Finalidade do consórcio;*

c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*

d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*

e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*

f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*

g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos*

necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.22.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio |

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores. |

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. |O valor estimado total da contratação é de R\$ 323.593,17 (trezentos e vinte e três mil e quinhentos e noventa e três reais e dezessete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).|

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. |As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Câmpus do Litoral Paulista/Instituto de Biociências;
- II) Fonte de Recursos: 44-44 - REC. PRÓPRIO - ADM. IND. - SUPERÁVIT FINANCEIRO;
- III) Programa de Trabalho: 12.364.4807.5304;

IV) *Elemento de Despesa: 4.4.90.52.10;*

V) *Plano Interno: PCA 2026.*

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.* |

| São Vicente, 07 de maio de 2026

Aline Costa Teixeira Hattori
Identificação funcional nº: 650.130-8
Servidora Requisitante

Bianca Fonseca Dantas Ribeiro
Identificação funcional nº: 650.210-6
Servidora Requisitante

Odair José Garcia de Almeida
Identificação funcional nº: 650.115-1
Autoridade competente para autorizar a licitação/contratação